

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2020/013124
RECORRENTE: SAMALY CRISTINA ANDRADE SOUZA
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA - SIT
AUTO DE INFRAÇÃO: R001050755

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Multa por infração ao Art. 218, I do CTB. Negativa de Cometimento. Alegação de suposta clonagem. Ausência de procedimento/decisão do DETRAN/BA reconhecendo a alegada fraude veicular. Recurso Conhecido e Improvido.

Relatório

Trata-se de Recurso interposto pelo proprietário legal, em face do rigor do artigo 218, I do CTB com base no auto de infração lavrado no dia 29/02/2020, na Rodovia BA535 KM 21 (...), na cidade de Lauro de Freitas/Bahia.

Suscita o Recorrente a existência de clonagem quanto à autuação que refere no recurso, e em que pese tenha várias autuações da mesma natureza nas rodovias que cortam Salvador e Lauro de Freitas/Bahia, somente queixa-se da autuação que impugna no presente recurso.

Acosta os documentos necessárias à apreciação do recurso.

É o relatório.

Voto

Superadas as questões de Ordem Processuais, no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória. Isto posto, verifico que as razões recursais não atendem aos interesses legais da Recorrente, que aponta em seu recurso negativa de cometimento da infração por alegar indiretamente uma suposta clonagem, afirmando que na data da autuação o veículo não estava na rodovia onde o veículo fora flagrado. Em que pese a juntada de Boletim de Ocorrência e demais documentos, não há prova de abertura do procedimento de investigação pelo órgão estadual de trânsito e portanto, não há decisão do referido órgão de trânsito concluindo pela clonagem e nem há alteração no sistema (SMT) quanto à placa, e por tal razão, não é possível supor que o veículo indicado no CRLV fora fraudado, dada ausência de provas no mesmo sentido das alegações pelo órgão competente, bem como consultando o sistema SMT percebe-se que existem outras infrações da mesma natureza do veículo da Recorrente que não foram objeto de impugnação de outros recursos, sendo o veículo com características que não destoam das constantes do CRLV.

Outra questão que ratifica a regularidade da autuação, é o fato da juntada de dois CRLV's pela Recorrente: um da placa antiga PJK8405 e outro da placa Mercocul com a nova placa PJK8E05. Da análise dos documentos é possível perceber que a placa antiga foi alterada para Mercosul em 23/05/2020 e a infração ocorreu em 29/02/2020, quando ainda estava fixada no veículo a placa anterior PJK8405, a mesma flagrada pelo equipamento de fiscalização de trânsito na autuação.

Por conseguinte, é patente que outras infrações foram cometidas pelo veículo já com a nova placa MERCOSUL em outras rodovias que cortam Salvador e Lauro de Freitas, o que é mais um elemento para afastar a alegação de clonagem, já que com a nova placa o veículo continuou a ser flagrado na região que o veículo fora flagrado.

Ademais, os atos administrativos praticados por agentes públicos gozam de presunção de veracidade, nos termos da legislação, sendo certo que a fé pública do agente não ofende qualquer princípio constitucional, haja vista que contra a acusação de um agente público no exercício das suas funções, cabe a prova em contrário, podendo o acusado, no exercício do devido processo legal e da ampla defesa, contrariar e até demonstrar que a peça de acusação não reflete a verdade dos fatos.

Outrossim, sabendo que não há prova de abertura de processo administrativo para verificação da suposição de clonagem, mesmo assim, tal decisão dessa junta não se reveste de irreversibilidade, pois a qualquer tempo que o órgão estadual de trânsito DETRAN, eventualmente, reconheça a existência de fraude/clonagem, aquele mesmo órgão oficializará o órgão autuador informando a adoção da medida de conclusão de fraude veicular e troca de placa policial, com a consequente baixa da multa e exclusão de pontos da CNH do Recorrente, se for o caso.

Em que pese o Recorrente sustente inconsistência no AIT, não trouxe aos autos qualquer prova que convencesse esta Junta, sendo inócua a tentativa de impugnação do ato administrativo praticado, pois a Fé de Ofício tão soberanamente já arrogada em farta Doutrina e Jurisprudência, embora "*juris tantum*", aqui, em estrito amparo ao labor Administrativo, além de defender e proteger vidas, quando da prática das infrações apontadas, encontra esteio nos Princípios Administrativos da Legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, pois que atua, de forma inequívoca, na transparência categórica da aferição da atuação infracional assumida pelo Recorrente.

Neste diapasão, fazendo análise do Auto de Infração de Trânsito – AIT emitido pelo Órgão Autuador, pelo menos até o presente momento, não há nos autos prova indícios e provas que convençam este Julgador da ocorrência de fraude veicular (clonagem), nos termos das razões acima expedidas, e por tais motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, entretanto dando-o por **IMPROVIDO**, julgando o Registro do Auto de Infração nº. R001050755 válido, mantendo a sua exigibilidade contra **SAMALY CRISTINA ANDRADE SOUZA**.

Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, entretanto dão-no por **IMPROVIDO**, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. R001050755, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 28 de Junho de 2022.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Aldalice Amorim dos Santos - Membro suplente em Exercício / SIT

Regina Helena S. dos Santos - Membro suplente em Exercício - DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaina Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI